

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das 100 (cem) questões objetivas divididas nas seguintes sessões:

CONHECIMENTOS BÁSICOS		LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 30	1	31 a 70	2	71 a 100	1

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal no final.

- 02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.
- 03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.
- 04- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não a **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior – **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.
- 05- Na prova, as questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.
- 06- Na folha de respostas, as mesmas estão identificadas pelo mesmo número e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.
- 07- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma ou de mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA**.
- 08- Na **Folha de Respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TODO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos "espaços em branco" possível dentro do retângulo, sem invadir os limites dos retângulos ao lado.
- 09- **SERÁ ELIMINADO** do Concurso o candidato que:
- Se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
 - Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas**.
- 10- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
- 11- Quando terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.
- 12- **O TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA É DE 4 (QUATRO) HORAS**.



TÉCNICO EM CONTABILIDADE



AMAZÔNIA, ECOCÍDIO ANUNCIADO

Frei Betto

"Não existe cana na Amazônia. Não temos conhecimento de nenhum projeto na região, nem recente nem antigo", afirmou Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura, dando eco ao boato oficial de que a cana se mantém distante da floresta (O Globo, 29-07-2007).

Dados oficiais revelam que o plantio de cana-de-açúcar avança sobre a Amazônia, apesar das negativas do governo federal. Projetos sucroalcooleiros instalados no Acre, Maranhão, Pará e Tocantins vivem momento de expansão acelerada. A região não só é fértil como também competitiva. Lula se equivocou ao afirmar que a cana "fica muito distante da Amazônia".

Segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab -, vinculada ao Ministério da Agricultura, a safra de cana na Amazônia Legal - que compreende estados como Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins -, aumentou de 17,6 milhões de toneladas para 19,3 milhões de toneladas no período 2007/2008.

Esse cultivo na Amazônia atrai, inclusive, investidores estrangeiros. O fundo de investimento Cooper Fund, de aposentadas estadunidenses, agora é sócio do grupo TG Agro Industrial/Costa Pinto, que produz álcool em Aldeias Altas, no Maranhão. No município de Campestre do Maranhão, o empresário Celso Izar, da Maity Bioenergia, negocia com investidores estrangeiros quatro projetos, cada um orçado em US\$ 130 milhões, para produzir 1,2 milhão de toneladas de cana. A empresa produz atualmente um milhão de toneladas.

O Greenpeace acredita que o governo não tem condições de fazer valer a proibição do plantio de cana na Amazônia. Ainda que haja leis proibitivas, como o governo pretende fiscalizar? Não basta proibir, é preciso inibir o plantio. Seria bem mais eficiente se o governo levasse a efeito o que cogitou o presidente Lula: fechar a torneira dos bancos públicos aos investidores e parar de liberar financiamentos. Só assim seria possível coibir novos projetos.

Outro problema grave na região amazônica é a extração ilegal de madeira nobre: ipê, cedro, freijó, angelim, jatobá. A cada dia, 3.500 caminhões circulam no interior da floresta, carregando madeira ilegal. Com a escassez no mundo, o preço do metro cúbico da madeira retirada da Amazônia é pago, pelos madeireiros aos proprietários da área, em média R\$ 25 por metro cúbico. Depois, eles serram e exportam em pranchas ou blocos quadrados.

Na Europa, a mesma madeira é vendida pelos comerciantes locais aos fabricantes de móveis ou consumidores comuns a um preço equivalente a R\$ 3.200 o metro cúbico. Uma diferença de 1.280%!! O Brasil é o segundo maior exportador de madeira do mundo, atrás da Indonésia.

Nos últimos 37 anos, desde que a ditadura acionou a corrida para a Amazônia, foram desmatados 70 milhões de hectares, dos quais 78% são ocupados por 80 milhões de cabeças de gado. No entanto, pela madeira exportada o Brasil amealhou apenas US\$ 2,8 bilhões.

Menos do que um ano de exportações da Embraer, fabricante de aviões.

Pecuaristas desmatam para abrir pasto. Basta conferir. Os maiores produtores de carne estão exatamente nos municípios paraenses onde há mais desmatamento: São Félix do Xingu, Conceição do Araguaia, Marabá, Redenção, Cumarú do



Norte, Ourilândia e Palestina do Pará. Detalhe: 62% dos casos de trabalho escravo ocorrem em fazendas de pecuária.

Grandes empresas, que possuem vastas extensões de terra na Amazônia legal, desmatam para plantar eucalipto e transformá-lo em carvão vegetal destinado às suas siderúrgicas na região. Põem abaixo a floresta tropical mais rica em biodiversidade do mundo e implantam o monocultivo de eucalipto, sem nenhuma diversidade vegetal, e o transformam em carvão, que aumenta o aquecimento global. Enquanto as empresas se agigantam, a nação fica com o ônus da degradação ambiental.

A Amazônia é vítima de um ecocídio em função da ganância do capital. Se a sociedade não pressionar e o governo não agir, no futuro haverá ali um novo Saara, com graves conseqüências para a sobrevivência da humanidade e da Terra.

(http://www.amazonia.org.br/opiniao/artigo_detail.cfm?id=261438, acessado em 12/02/2008)

♦ **Conhecimentos Básicos** ♦♦ **Língua Portuguesa** ♦Questão 01

Com base na opinião do autor do texto lido, pode-se afirmar que na Amazônia

- A) não há plantação de cana.
- B) a extração ilegal de madeira nobre é residual.
- C) o trabalho escravo foi erradicado.
- D) o cultivo existente é nacionalizado.
- E) os produtores de carne desmatam.

Questão 02

O vocábulo “ecocídio” é um(a)

- A) arcaísmo.
- B) anacronismo.
- C) neologismo.
- D) onomatopéia.
- E) eufemismo.

Questão 03

Lula se equivocou ao afirmar que a cana “fica muito distante da Amazônia”.

As aspas, no trecho destacado do segundo parágrafo, são empregadas para

- A) transcrever falas do autor.
- B) demarcar transcrição de uma fala.
- C) destacar exemplo importante.
- D) assinalar uma figura de linguagem.
- E) citar frases cristalizadas na língua.

Questão 04

O levantamento feito pela Companhia Nacional de Abastecimento, comparado às afirmações do ministro e do presidente (primeiro e segundo parágrafos), produz no texto um sentido de

- A) comparação.
- B) comprovação.
- C) contradição.
- D) detalhamento.
- E) generalização.

Questão 05

De acordo com a lógica do texto, só **NÃO** pertence ao campo semântico de “ecocídio”

- A) projetos sucroalcooleiros.
- B) extração ilegal de madeira nobre.
- C) pecuaristas do Pará.
- D) exportações da Embraer.
- E) monocultivo de eucalipto.

Questão 06

Dentre os vocábulos grifados, o elemento de coesão anafórico é:

- A) “Dados oficiais revelam **que** o plantio de cana-de-açúcar...”.
- B) “Depois, eles serram e exportam em pranchas **ou** blocos quadrados.”.
- C) “**No entanto**, pela madeira exportada o Brasil amealhou apenas US\$ 2,8 bilhões.”.
- D) “... desmatam para plantar eucalipto e transformá-**lo** em carvão vegetal...”.
- E) “Põem abaixo a floresta tropical mais rica em biodiversidade do mundo e implantam o monocultivo de eucalipto”.

Questão 07

O vocábulo do texto cuja acentuação gráfica se justifica segundo a mesma regra observada na palavra “públicos” é

- A) vítima.
- B) açúcar.
- C) jatobá.
- D) atrás.
- E) transformá-lo.

Questão 08

A região não só é fértil como também competitiva. Lula se equivocou ao afirmar que a cana “fica muito distante da Amazônia”.

Para que o fragmento transcrito acima passe a ter um único período, mantendo o sentido original do texto, o ponto poderia ser substituído pela conjunção

- A) mas.
- B) pois.
- C) contudo.
- D) que.
- E) logo.

Questão 09

Em “Ainda que haja leis proibitivas...”, o verbo permanece no singular porque

- A) o sujeito é indeterminado.
- B) é impessoal.
- C) o sujeito está implícito na forma verbal.
- D) a forma plural inexistente.
- E) é defectivo.

Questão 10

O vocábulo grifado só **NÃO** é pronomes relativos em:

- A) “Lula se equivocou ao afirmar **que** a cana ‘fica muito distante da Amazônia’”.
- B) “a safra de cana na Amazônia Legal - **que** compreende estados como Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins...”
- C) “Os maiores produtores de carne estão exatamente nos municípios paraenses **onde** há mais desmatamento...”
- D) “Grandes empresas, **que** possuem vastas extensões de terra na Amazônia legal...”
- E) “e o transformam em carvão, **que** aumenta o aquecimento global.”

♦ **Matemática** ♦**Questão 11**

Numa livraria há m livros de Física e n de Química. Cada livro de Física custa x reais e cada livro de Química custa y reais. A terça parte do preço total dos livros é dada pela expressão

- A) $\frac{x + ny}{3}$
- B) $\frac{mx + ny}{3}$
- C) $\frac{m + n}{3}$
- D) $\frac{mx + y}{3}$
- E) $\frac{nx + my}{3}$

Questão 12

Se x_1 e x_2 são as raízes da equação do segundo grau

$ax^2 + bx + c = 0$, onde $ac \neq 0$, o valor de $\frac{1}{x_1^2} + \frac{1}{x_2^2}$ é

- A) $\frac{b^2 - 4ac}{c^2}$
 B) $\frac{b^2 - 4ac}{2a}$
 C) $\frac{b^2 - 2ac}{c^2}$
 D) $\frac{b^2 - 2ac}{2a}$
 E) $\frac{b^2 - 4ac}{2c}$

Questão 13

Constatou-se num vilarejo, que no ano de 2006, 120 pessoas foram vitimadas pela dengue. No ano seguinte, esse número caiu para 90 pessoas. Podemos dizer, então, que houve uma redução no número de vitimados da ordem de

- A) 20%
 B) 25%
 C) 30%
 D) 35%
 E) 40%

Questão 14

Considere os maiores valores possíveis para os naturais a , b e c , de modo que $2^a \cdot 3^b \cdot 5^c$ seja divisor de 1800. Dessa forma, $a + b + c$ vale

- A) 6
 B) 7
 C) 8

- D) 9
 E) 10

Questão 15

O comprimento de uma mesa retangular é o dobro de sua largura. Se a mesa tivesse $0,45 m$ a menos de comprimento e $0,45 m$ a mais de largura, seria quadrada. Assim sendo, a área da mesa é de

- A) $1,39 m^2$
 B) $1,42 m^2$
 C) $1,46 m^2$
 D) $1,58 m^2$
 E) $1,62 m^2$

♦ **Noções de Informática** ♦**Questão 16**

A tecla que ativa ou desativa o modo permanente de letras maiúsculas de teclado, sinalizado, em geral, por uma luz acesa enquanto esse modo estiver ativo, é a tecla

- A) Alt
 B) Caps Lock
 C) Ctrl
 D) Home
 E) Shift

Questão 17

No sistema operacional Microsoft Windows, assim como em programas do pacote Microsoft Office, o efeito da combinação de teclas Ctrl+Z (tecla Ctrl combinada com a tecla Z), quando disponível ao usuário no programa em uso, é

- A) Copiar
 B) Colar
 C) Desfazer
 D) Localizar
 E) Repetir

Questão 18

No programa Microsoft Word, a finalidade da opção “Estrutura do documento” no menu “Exibir” é

- A) ativar ou desativar um painel com uma estrutura que facilita a navegação em documentos longos.
- B) permitir criar ou modificar os tópicos que fazem parte da estrutura do documento.
- C) exibir o documento mestre como uma estrutura de tópicos.
- D) exibir o cabeçalho e o rodapé do documento para edição.
- E) exibir ou ocultar uma régua horizontal que permite ajustar a estrutura do documento.

Questão 19

No Microsoft Excel, é possível copiar o conteúdo de células e colar em outras células. A opção “Colar especial”, do menu “Editar”, permite que seja colada, especificamente, apenas uma característica das células copiadas, escolhida pelo usuário. Qual das alternativas abaixo descreve uma característica que **NÃO** pode ser colada especificamente pela opção “Colar especial”?

- A) Fórmulas
- B) Valores
- C) Comentários
- D) Largura da coluna
- E) Altura da linha

Questão 20

A tecla de função F11, no navegador Internet Explorer da Microsoft, em relação à página aberta serve para

- A) abrir uma caixa de diálogo para localizar/substituir texto na página atual.
- B) ir para a página inicial.
- C) parar o carregamento da página atual.
- D) alternar entre os modos de exibição normal e de tela inteira.
- E) atualizar a página aberta.

♦ Regime Jurídico ♦**Questão 21**

As indenizações, gratificações e adicionais constituem vantagens pecuniárias que poderão ser pagas ao servidor público, observando-se que:

- A) as indenizações são referentes à diária, transporte, alimentação, auxílio moradia e adicional pelas atividades insalubres, penosas e perigosas.
- B) as gratificações são referentes ao pagamento de ajudas de custo natalina, horário extraordinário e adicional noturno.
- C) as indenizações, gratificações e os adicionais se incorporam ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.
- D) o serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% em relação à hora normal de trabalho, respeitado o limite máximo de 3 (três) horas por jornada.
- E) as vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Questão 22

O servidor concursado e nomeado para o cargo de provimento efetivo está sujeito ao estágio probatório, que tem por objetivo avaliar sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo. Durante esse período o servidor

- A) não poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento.
- B) tem direito às licenças do exercício do cargo, que são previstas para os servidores estáveis.
- C) não poderá se afastar para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na administração pública federal.
- D) poderá ser exonerado, caso não seja estável, se não for aprovado na avaliação feita por comissão especial no prazo regulamentar.
- E) poderá adquirir, automaticamente, a condição de estável, caso não seja avaliado por comissão especial no prazo regulamentar.

Questão 23

Ao servidor público, a que são impostos deveres e proibições, pode ser responsabilizado civil, penal e administrativamente, sendo que

- A) a responsabilidade civil somente decorre de ato comissivo e doloso, que resulte em prejuízo a terceiros.
- B) a responsabilidade administrativa somente decorre de ato omissivo e doloso praticado no desempenho das atividades do cargo.
- C) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- D) as sanções civis, penais e administrativas não poderão se cumular, caso sejam independentes entre si.
- E) a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Questão 24

A investidura em cargo público ocorre com a

- A) aprovação em concurso público.
- B) declaração da vacância do cargo.
- C) posse.
- D) nomeação.
- E) aprovação no estágio probatório.

♦ **Ética no Serviço Público** ♦

Questão 25

A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integrar à vida particular de cada agente público, que é entendido como aquele que

- A) cumpre estágio probatório, ocupa cargo estável, efetivo ou cargo em comissão da Administração Direta.
- B) exerce atividade pública remunerada na Administração Direta e Autarquias.

- C) por força de lei ou por qualquer ato jurídico preste serviço permanente, temporário, eventual ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, para a Administração Pública
- D) exerce atividade pública remunerada na Administração Pública, exceto nas empresas de economia mista e empresas públicas.
- E) exerce atividade pública remunerada pelo erário na Administração Pública.

Questão 26

A Administração Pública de qualquer dos Poderes Nacionais obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O Código de Ética Profissional do Servidor Público considera consolidada a moralidade quando há

- A) cortesia, boa vontade, cuidado e tempo dedicado pelo agente público ao serviço público.
- B) equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do agente público.
- C) assiduidade e pontualidade do servidor ao seu local de trabalho.
- D) rapidez, perfeição e rendimento no exercício de suas atribuições.
- E) obediência aos prazos de prestação de contas, condição essencial na gestão da coisa pública.

Questão 27

A qualquer pessoa que esteja sendo investigada é assegurado o direito de conhecer o teor da acusação

- A) somente após ser notificada com objetivo de preservar a instauração do processo investigatório.
- B) antes mesmo de ser notificado e, nesse caso, não podendo ter vistas ao processo e obter cópia dos autos.
- C) antes de ser notificado, para apresentação de defesa prévia que, se aceita, evitará a instauração do procedimento investigatório.
- D) além de ter vistas dos autos no recinto das Comissões de Ética e obtenção de cópia dos autos e de certidão de seu teor.
- E) através de notificação formal, não podendo ter vistas ao processo pelo seu caráter sigiloso.

♦ **Licitações e Contratos Administrativos** ♦Questão 28

A Lei 8.666 de 21/06/1993 e alterações posteriores diversificaram os casos em que a Administração Pública pode não realizar licitação, considerando inexigível

- A) nos casos de guerra ou grave perturbação de ordem pública.
- B) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento
- C) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- D) para a contratação de serviços técnicos de assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- E) para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

Questão 29

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, estando assegurada a igualdade de condições, a Lei 8.666/93 define como item preferencial do critério de desempate para aquisição de bens ou serviços

- A) o sorteio, em ato público, para o qual todos licitantes serão convocados.
- B) os produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.
- C) os produzidos no país.
- D) os produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- E) os produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.

Questão 30

A Administração Pública tem a prerrogativa unilateral de modificar contratos com as justificativas conferida pelo regime jurídico instituído pela Lei 8.666/93 quando

- A) for conveniente a substituição da garantia de execução.
- B) houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, respeitados os direitos do contratado.
- C) for necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- D) for necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado.
- E) houver necessidade de alterar as sanções motivadas pela inexecução parcial do ajuste.

♦ **Legislação Institucional** ♦Questão 31

A Zona Franca de Manaus foi criada pela lei 3.173, de 06/07/57 e dez anos depois teve o modelo reformulado pelo Decreto-Lei 288, de 28/02/67, que estabelece como finalidade

- A) a integração da Amazônia Ocidental com a Oriental.
- B) a implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas necessárias ao seu desenvolvimento.
- C) a implantação de um pólo industrial, comercial e prestador de serviços, visando promover a ocupação do seu território.
- D) a alavancagem da econômica regional com incentivos fiscais para exportações de bens e serviços.
- E) o armazenamento, guarda, conservação e retirada de produtos de origem estrangeira para consumo interno.

**Questão 32**

O modelo da Zona Franca de Manaus está assentado em incentivos fiscais e extrafiscais, que visam propiciar condições para alavancar ou manter o processo de desenvolvimento da área incentivada. Não é passível de isenção a entrada de mercadorias procedentes do estrangeiro que sejam destinadas

- A) ao consumo interno brasileiro.
- B) à industrialização de outros produtos, no seu território.
- C) à pesca e à agropecuária.
- D) à instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza.
- E) à estocagem para reexportação.

Questão 33

Todo e qualquer órgão da Administração Federal, Direta ou Indireta, está sujeito à supervisão direta do Presidente da República ou de Ministro de Estado e, assim, a SUFRAMA, que administra a Zona Franca de Manaus, está subordinada ao

- A) Presidente da República, diretamente.
- B) Ministério das Minas e Energia.
- C) Ministério da Ciência e Tecnologia.
- D) Ministério da Integração Nacional.
- E) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Questão 34

O Conselho de Administração da SUFRAMA é presidido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mais os Ministros de

- A) Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda; Agricultura e Abastecimento; Comunicações; Transportes; Minas e Energia; Defesa; Integração Nacional; e Desenvolvimento Agrário.
- B) Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda; Agricultura e Abastecimento; Comunicações; Ciência e Tecnologia; Minas e Energia; Defesa; Integração Nacional; e Desenvolvimento Agrário.

- C) Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda; Agricultura e Abastecimento; Cidades; Turismo; Transportes; Minas e Energia; Defesa; Integração Nacional; e Desenvolvimento Agrário.
- D) Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda; Agricultura e Abastecimento; Ciência e Tecnologia; Cidades; Minas e Energia; Defesa; Integração Nacional; e Desenvolvimento Agrário.
- E) Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda; Agricultura e Abastecimento; Ciência e Tecnologia; Turismo; Minas e Energia; Defesa; Integração Nacional; e Desenvolvimento Agrário.

Questão 35

A Superintendência da SUFRAMA é administrada

- A) pelo Ministro de Estado a que estiver subordinada e pelo Conselho de Administração
- B) por Superintendente nomeado pelo Presidente do Conselho de Administração.
- C) por Superintendente Geral nomeado pelo Presidente da República e Superintendentes Adjuntos nomeados pelo Superintendente Geral.
- D) por Superintendente nomeado pelo Presidente do Conselho de Administração e homologado pelo Presidente da República.
- E) por Superintendente Geral e Superintendentes Adjuntos nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Presidente do Conselho de Administração.

Questão 36

A Superintendência da Zona Franca de Manaus é dirigida por um Superintendente Geral, nomeado pelo

- A) Presidente da República.
- B) Ministro das Minas e Energia.
- C) Ministro da Ciência e Tecnologia.
- D) Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- E) Presidente do Conselho de Administração.



Questão 37

Os cargos de Coordenadores das Unidades Descentralizadas Regionais são

- A) privativos dos servidores do Quadro Permanente da Autarquia, respeitadas as nomeações anteriores.
- B) preenchidos por indicação de cada governo estadual que integra a Amazônia Ocidental.
- C) indicados pelo Conselho de Administração e nomeados pelo Presidente da República.
- D) preenchidos por indicação do Governo do Estado do Amazonas e nomeados pelo Superintendente.
- E) preenchidos a critério do Superintendente, dentre os servidores dos Estados que integram a Amazônia.

Questão 38

Compete ao Superintendente da Zona Franca de Manaus

- A) aprovar as diretrizes gerais para elaboração dos planos anuais e plurianuais de trabalho.
- B) deliberar sobre a alocação, aquisição e alienação de bens, inclusive ações integrantes do patrimônio da entidade.
- C) apreciar e deliberar sobre os Balanços e Balancetes da Autarquia.
- D) propor ao órgão competente, na forma da legislação em vigor, a contratação de serviços técnicos de natureza especializada.
- E) fixar as diretrizes de atuação e exercer a direção geral das unidades executivas.

Questão 39

Os Superintendentes Adjuntos da SUFRAMA serão nomeados pelo

- A) Conselho de Administração.
- B) Presidente da República.
- C) Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- D) Advogado Geral da União.
- E) Órgão Superior de Deliberação.

Questão 40

Na estrutura organizacional da SUFRAMA, a Coordenação de Material e Patrimônio está diretamente subordinada à Coordenação

- A) Geral de Recursos Logísticos.
- B) de Atividades Auxiliares.
- C) de Comunicações Administrativas.
- D) Geral de Planejamento.
- E) Geral de Articulação.

Questão 41

A nomeação do Auditor Chefe da SUFRAMA será submetida pelo Superintendente à aprovação do(a)

- A) Ministro da Fazenda.
- B) Controladoria Geral da União.
- C) Procurador da República.
- D) Advogado Geral da União.
- E) Coordenação de Apoio ao Gabinete.

Questão 42

Assistir ao Superintendente da SUFRAMA em sua representação política e social, bem como cuidar do preparo de seu expediente pessoal, constitui atividade a ser desenvolvida pelo

- A) Gabinete.
- B) Coordenador Social.
- C) Coordenador de Comércio Exterior.
- D) Conselho de Administração.
- E) Coordenador de Eventos.

**Questão 43**

Coordenar, supervisionar e controlar a execução das atividades de transporte, comunicações administrativas, arquivo, zeladoria, telecomunicações, portaria, reprografia, biblioteca e documentação, análise e elaboração de orçamentos, constituem competência da Coordenação Geral de

- A) Comércio Exterior.
- B) Estudos Econômicos.
- C) Modernização.
- D) Cadastro.
- E) Recursos Logísticos.

Questão 44

Na estrutura organizacional da SUFRAMA, a Seção de Biblioteca e Documentação está diretamente subordinada à Coordenação de

- A) Atividades Auxiliares.
- B) Material e Patrimônio.
- C) Comunicações Administrativas.
- D) Suporte Geral.
- E) Informações.

Questão 45

A SUFRAMA concederá recursos financeiros do seu orçamento anual para estimular investimentos em sua área de atuação, visando aumentar o número de empregos e a renda na região, desde que contemple o programa

- A) aprovado pelo Grupo Técnico de Análise de Projetos de Desenvolvimento Regional.
- B) do Pólo Industrial de Manaus e de desenvolvimento da Amazônia, definido em seu Plano Anual de Trabalho e Orçamento.
- C) que, mesmo constando do Plano Anual de Trabalho, demonstre o aumento na criação de empregos a curto e médio prazo.
- D) do Pólo Industrial de Manaus e haja recursos passíveis de serem realocados no Orçamento Anual.

- E) do Pólo Industrial de Manaus que não exceda a 3% (três por cento) do total da receita orçamentária aprovada para o exercício.

Questão 46

Os recursos financeiros disponíveis reservados à aplicação por decisão própria da SUFRAMA somam

- A) 15% (quinze por cento).
- B) 20% (vinte por cento).
- C) 25% (vinte e cinco por cento).
- D) 30% (trinta por cento).
- E) 35% (trinta e cinco por cento).

Questão 47

As Áreas de Livre Comércio (ALC) foram criadas com a finalidade de

- A) promover o desenvolvimento das cidades da Região Amazônica com a abertura de novas empresas, em face ao tratamento fiscal diferenciado.
- B) promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais da Amazônia Ocidental e em Macapá-Santana, e melhorar a fiscalização na entrada e saída de mercadorias.
- C) facilitar a entrada e saída de mercadorias, visando o fortalecimento do setor comercial e proporcionando a geração de empregos.
- D) promover o desenvolvimento das cidades da Região Norte do país e fortalecer a segurança nas fronteiras.
- E) facilitar a entrada e saída de mercadorias ou produtos pelo oferecimento de benefícios fiscais.

**Questão 48**

Foram criadas 7 (sete) Áreas de Livre Comércio; entretanto, 4 (quatro) ainda não foram implantadas ou regulamentadas, que são

- A) Tabatinga; Macapá-Santana; Pacaraima e Bonfim; Brasiléia.
- B) Macapá-Santana; Pacaraima e Bonfim; Cruzeiro do Sul; Eitaciolândia.
- C) Guajará-Mirim; Pacaraima e Bonfim; Brasiléia; e Eitaciolândia.
- D) Pacaraima e Bonfim; Brasiléia; Cruzeiro do Sul; e Eitaciolândia.
- E) Macapá-Santana; Brasiléia; Cruzeiro do Sul; Eitaciolândia.

Questão 49

As Áreas de Livre Comércio são administradas

- A) pela Superintendência de Administração da Zona Franca de Manaus e por Prefeitos dos Municípios integrantes da área respectiva.
- B) pela Superintendência de Administração da Zona Franca de Manaus e por Representantes indicados pelos Municípios integrantes da área respectiva.
- C) pela Superintendência de Administração da Zona Franca de Manaus e por Representantes indicados pelos Governos de Estado envolvidos.
- D) pela Superintendência de Administração da Zona Franca de Manaus.
- E) por pessoas indicadas pelos Municípios integrantes da Área de Livre Comércio e nomeadas pela Superintendência de Administração da Zona Franca de Manaus.

Questão 50

Quais municípios integram a Área de Livre Comércio do Estado do Acre?

- A) Pacaraima – Bonfim – Brasiléia
- B) Macapá – Santana – Guajará-Mirim
- C) Brasiléia – Cruzeiro do Sul – Eitaciolândia
- D) Pacaraima – Bonfim – Eitaciolândia
- E) Guajará-Mirim – Santana – Cruzeiro do Sul

Questão 51

Como incentivo fiscal para a Zona Franca de Manaus, está prevista a isenção ou redução dos impostos, nas condições especificadas em lei federal de

- A) Importação e Exportação e de serviços de qualquer natureza.
- B) Importação, Exportação e Imposto sobre Produtos Industrializados.
- C) Importação, sobre Produtos Industrializados e sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicações.
- D) Importação e sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicações.
- E) Importação e sobre Produtos Industrializados e de serviços de qualquer natureza.

Questão 52

A entrada de mercadorias procedentes do estrangeiro, passíveis de isenção, poderão ser, posteriormente, destinadas à exportação para o exterior, desde que sejam

- A) somente as mercadorias não usadas, sem isenção tributária.
- B) somente as mercadorias usadas, com o pagamento do imposto de importação suspenso.
- C) mercadorias, ainda que usadas, como o pagamento do imposto de importação suspenso.
- D) mercadorias usadas ou não, com o pagamento do imposto de importação e exportação.
- E) mercadorias usadas ou não, com a manutenção da isenção dos tributos incidentes na importação.

Questão 53

O Decreto 61.244, de 28/08/67 que regulamenta a criação da Zona Franca de Manaus define o que considera como mercadorias produzidas, mercadorias beneficiadas e mercadorias industrializadas. A opção em desacordo com a norma regulamentar é

- A) Mercadorias Produzidas – a nova espécie resultante de operação exercida sobre a matéria prima.
- B) Mercadorias Produzidas – a nova espécie resultante de operação exercida sobre o produto intermediário.
- C) Mercadorias Beneficiadas – a operação que exercida sobre produtos industrializados importe em lhe modificar ou aperfeiçoar o seu funcionamento ou a sua utilização.
- D) Mercadorias Beneficiadas – a operação que exercida sobre produtos industrializados importe em lhe restaurar o funcionamento ou a utilização.
- E) Mercadorias Industrializadas – a nova espécie resultante de operação exercida sobre a matéria prima ou sobre o produto intermediário.

Questão 54

A Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003, publicada no D.O.U. de 31/12/03 acrescentou o artigo 92 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prorrogando o modelo Zona Franca de Manaus até o ano de

- A) 2013
- B) 2017
- C) 2021
- D) 2023
- E) 2025

Questão 55

O regulamento do imposto sobre produtos industrializados (Decreto 4.544/02) caracteriza industrialização, definindo como operações de

- A) beneficiamento a que, exercida sobre matérias-primas ou produtos intermediários, importe na obtenção de espécie nova.

- B) acondicionamento a que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto.
- C) transformação a que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal.
- D) montagem a que importe em alterar a apresentação do produto, pela colocação da embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria.
- E) renovação ou Recondicionamento a que, exercida sobre produto usado ou parte remanescente de produto deteriorado ou inutilizado, renove ou restaure o produto para utilização.

Questão 56

A internação de mercadoria estrangeira, das Áreas de Livre Comércio para o restante do território nacional, estará sujeita ao controle administrativo e

- A) a tributação normal aplicáveis à importação em geral, exceto no caso de isenção prevista em lei e mercadoria proibida de ser importada e comercializada.
- B) é isenta dos impostos aplicáveis às importações, exceto à mercadoria proibida de ser importada e comercializada.
- C) à isenção dos tributos incidentes sobre importações, exceto à instalação e operação de atividades de turismo e serviços de qualquer natureza situada na área territorial da Área de Livre Comércio.
- D) à tributação normal aplicáveis à importação em geral, exceto à mercadoria proibida de ser importada e comercializada.
- E) está isenta nas Áreas de Livre Comércio implantadas e terão a suspensão da tributação normal nas Áreas de Livre Comércio não implantadas.

**Questão 57**

A entrada de mercadorias estrangeiras nas Áreas de Livre Comércio será feita com suspensão do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados e será convertida em isenção se for destinada

- A) ao consumo e à venda interna no território nacional.
- B) ao beneficiamento de perfumes e produtos de beleza.
- C) a exportação ou reexportação para o mercado externo.
- D) ao beneficiamento de pescado e de produtos animais.
- E) a instalação e a operação de atividades de turismo e serviços de qualquer natureza.

Questão 58

Que produtos ou mercadorias estão sujeitos ao regime fiscal incentivado à importação pelas áreas de livre comércio?

- A) Armas e munições de pequeno calibre.
- B) Automóveis de passageiros populares.
- C) Peças para reparo de aeronaves.
- D) Bebidas alcoólicas, sem similar no país.
- E) Fumos e seus derivados.

Questão 59

O tratamento fiscal dispensado aos produtos nacionais exportados para o exterior e, posteriormente, reimportados através da Zona Franca de Manaus

- A) estão sujeitos aos benefícios estabelecidos pelos Decreto Lei 288/67.
- B) não gozarão dos benefícios estabelecidos no Decreto-Lei 288/67.
- C) estão sujeitos aos benefícios estabelecidos pelos Decreto Lei 288/67, se destinarem ao consumo interno.
- D) não gozarão dos benefícios estabelecidos no Decreto-Lei 288/67, exceto os bens a serem beneficiados.
- E) estão sujeitos aos benefícios estabelecidos pelos Decreto Lei 288/67, exceto se a importação ocorrer antes de dois anos.

Questão 60

Em convênio é vedada, sob pena de nulidade do ato, a inclusão, tolerância ou admissão de cláusula que prevejam ou permitam

- A) realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.
- B) pagamento, a qualquer título, a servidor público do quadro de pessoal da Administração Pública por serviços de consultoria ou assistência técnica.
- C) a obrigação de o concedente prorrogar “de ofício” a vigência do convênio quando houver atraso na liberação do recurso, limitada ao período do atraso.
- D) atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos.
- E) realização de despesas com taxas bancárias, multa, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos fora do prazo.

Questão 61

Aos convênios são aplicados, no que couberem, as disposições da Lei 8.666/93 e, dentre elas, a obrigação de aplicar os saldos de convênio em instituição financeira oficial em

- A) operação de mercado aberto, qualquer que seja o período de aplicação.
- B) caderneta de poupança, caso sejam recursos sem utilização por mais de um mês.
- C) fundo de aplicação financeira de curto prazo.
- D) operação de mercado aberto, quando o prazo for inferior a um mês.
- E) fundo de aplicação financeira de curto prazo, qualquer que seja o período de aplicação.

**Questão 62**

A Lei 10.520, de 17/07/02, incluiu uma nova modalidade de licitação para a aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública e o Decreto 5.450 de 31/05/05, obrigou sua adoção, na forma eletrônica, para toda a Administração Pública, que se trata de

- A) Convite.
- B) Concurso.
- C) Coleta de Preço.
- D) Pregão.
- E) Leilão.

Questão 63

Foi criado o GTAPDER – Grupo Técnico de Análise de Projetos de Desenvolvimento Regional que é formado por

- A) técnicos indicados pelos Estados que compõem a Amazônia Ocidental e técnicos da SUFRAMA.
- B) técnicos da SUFRAMA e técnicos do Ministério de Ciência e Tecnologia
- C) técnicos da SUFRAMA e técnicos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- D) representantes da SUFRAMA, representante do Ministério de Ciência e Tecnologia e representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- E) pessoal da SUFRAMA.

Questão 64

A Suframa interage com órgãos da administração pública na divulgação dos produtos do PIM – Pólo Industrial do Amazonas – em países consumidores de produtos similares, com demanda insatisfeita, podendo citar o Escritório para a Região Norte (EREMA), que está instalado dentro da Autarquia, e é subordinado ao Ministério

- A) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- B) da Ciência e Tecnologia.
- C) das Comunicações.
- D) de Relações Exteriores.
- E) da Integração Nacional.

Questão 65

A Lei 9.960, de 28/12/00, instituiu a Taxa de Serviços Administrativos – TSA, cujos recursos são destinados exclusivamente ao custeio e às atividades fins da Suframa, não gozando de isenção

- A) a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as respectivas autarquias e fundações públicas.
- B) as instituições sem fins lucrativos, reconhecidas como de utilidade pública pelo Governo Federal.
- C) as entidades consulares.
- D) os equipamentos agrícolas.
- E) os produtos importados destinados à venda no comércio do Município de Manaus e áreas de livre comércio.

Questão 66

O decreto 6.008, de 29/12/06, manteve o CAPDA – Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia que tem, dentre suas atribuições regimentais

- A) reunir-se ordinariamente a cada dois meses ou extraordinariamente quando convocado.
- B) decidir, com aprovação de 50% dos votos dos membros nomeados, sobre o estabelecimento ou alteração de critérios de credenciamento ou descredenciamento de instituições.
- C) formalizar através de Instrução Normativa as deliberações do Comitê.
- D) fazer as convocações para reuniões ordinárias com antecedência de 5 (cinco) e as extraordinárias com antecedência mínima de 3 (três) dias.
- E) fortalecer as atividades do comércio de mercadorias estrangeiras, nacionais e regionais.



Questão 67

A efetivação do licenciamento automático das importações brasileiras, desde que o pedido seja adequado e completo, se dará em prazo contado a partir da data de registro no Siscomex, que será, no máximo, de

- A) cinco dias corridos.
- B) dez dias úteis.
- C) dez dias corridos.
- D) quinze dias úteis.
- E) vinte dias corridos.

Questão 68

A importação de materiais usados está sujeita a

- A) licenciamento não automático.
- B) dispensada de licenciamento.
- C) licenciamento automático.
- D) licenciamento simples.
- E) licenciamento condicionado ao material.

Questão 69

De acordo com o tratamento tributário dispensado pelo Governo Federal as mercadorias estrangeiras importadas para a Zona Franca de Manaus, quando desta saírem para outros pontos do território nacional, estarão

- A) sujeitas ao pagamento de todos os impostos exigíveis sobre importações do exterior, com as exceções previstas em lei.
- B) isentas do pagamento do imposto sobre circulação de mercadorias, na forma da lei federal.
- C) isentas do pagamento do imposto sobre importação e do imposto sobre circulação de mercadorias, na forma da lei federal.
- D) sujeitas ao pagamento do imposto sobre importação, exceto às bagagens de passageiros.
- E) isentas do pagamento de todos os impostos exigíveis sobre importações do exterior.

Questão 70

A SUFRAMA foi criada com finalidades específicas cujo objetivo final é

- A) promover o crescimento econômico nacional e minimizar o custo amazônico.
- B) identificar alternativas econômicas e atrair empreendimentos para a região.
- C) promover pesquisas visando à melhoria da qualidade na produção de bens e serviços.
- D) harmonizar o crescimento econômico regional, com a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida.
- E) ampliar a produção de bens e serviços voltados à vocação regional e promover a geração de empregos.

◆ Conhecimentos Específicos ◆**Questão 71**

Quanto aos estágios da Despesa Pública, aquele que representa o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado uma obrigação de pagamento, pendente ou não de um implemento de condição, é o(a):

- A) Pagamento.
- B) Empenho.
- C) Liquidação.
- D) Fixação.
- E) Lançamento.

Questão 72

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, e deverá ser acompanhado de demonstrativos relativos a(à):

- A) Dívida Consolidada e Mobiliária.
- B) Concessão de Garantias.
- C) Resultados Nominal e Primário.
- D) Despesa Total com Pessoal.
- E) Operações de Crédito.

Questão 73

De acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, constitui estágio das Receitas Públicas o(a):

- A) Fixação.
- B) Equilíbrio.
- C) Empenho.
- D) Recolhimento.
- E) Liquidação.

Questão 74

Classifica-se como Receita de Capital proveniente da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas a receita de

- A) Operação de Crédito.
- B) Amortização de Empréstimo.
- C) Transferência Corrente.
- D) Alienação de Bens.
- E) Contribuição de Melhoria.

Questão 75

As Receitas Públicas são divididas, quanto à afetação patrimonial, em receitas efetivas e receitas por mutação patrimonial. Constitui receita por mutação patrimonial a

- A) Receita de Serviços.
- B) Receita Tributária.
- C) Receita Industrial.
- D) Transferência Corrente.
- E) Alienação de Bens.

Questão 76

Os Créditos Adicionais destinados ao atendimento de despesas urgentes e imprevistas são os

- A) Suplementares.
- B) Especiais.
- C) Complementares.
- D) Extraordinários.
- E) Ordinários.

Questão 77

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os Estados encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União, para fins de consolidação nacional das contas dos entes da Federação, relativas ao exercício anterior, e sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público, até o dia

- A) 30 (trinta) de abril.
- B) 30 (trinta) de junho.
- C) 31 (trinta e um) de março.
- D) 31 (trinta e um) de janeiro.
- E) 31 (trinta e um) de maio.

Questão 78

Constituem princípios dos inventários, que devem ser observados quando de sua execução,

- A) Instantaneidade, Oportunidade e Integridade.
- B) Instantaneidade, Equilíbrio e Clareza.
- C) Oportunidade, Integridade e Programação.
- D) Oportunidade, Especificação e Empenho.
- E) Uniformidade, Publicidade e Mobilidade.

Questão 79

De acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pertence ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial a conta de(a):

- A) Bens Móveis.
- B) Dívida Ativa.
- C) Dívida Fundada Interna.
- D) Bens a Incorporar.
- E) Consignações.

Questão 80

Quanto à regularidade, a Despesa Pública pode ser desdobrada em

- A) Federal, Estadual e Municipal.
- B) Corrente e Capital.
- C) Ordinária e Extraordinária.
- D) Efetiva e Por Mutações.
- E) Orçamentária e Extraorçamentária.

Questão 81

As normas gerais de Direito Financeiro aplicáveis ao setor público definem como Restos a Pagar as despesas

- A) empenhadas e pagas até 31 de dezembro.
- B) fixadas e não empenhadas até 31 de dezembro.
- C) licitadas e não empenhadas até 31 de dezembro.
- D) empenhadas e não pagas até 31 de dezembro.
- E) fixadas e pagas até 31 de dezembro.

Questão 82

O Regime Contábil adotado pela Contabilidade Pública estabelece

- A) Regime de Caixa para receitas e despesas.
- B) Regime de Competência para receitas e despesas.
- C) Regime de Competência para as receitas e de Caixa para despesas.
- D) Regime Simples para receitas e despesas.
- E) Regime de Caixa para as receitas e de Competência para as despesas.

Questão 83

Quando o empenho é destinado a atender a despesa cujo pagamento se processe de uma só vez, ele é classificado como

- A) Estimativo.
- B) Global.
- C) Ordinário.
- D) Simples.
- E) Complementar.

Questão 84

No que diz respeito ao Orçamento Público, a Constituição Federal de 1988 determina que é proibida a

- A) realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas dentro do limite dos créditos orçamentários ou adicionais.
- B) iniciação de programas ou projetos incluídos na lei orçamentária anual.
- C) abertura de crédito suplementar ou especial, devidamente autorizado pelo Poder Legislativo e com indicação dos respectivos recursos.
- D) instituição de fundos de qualquer natureza, devidamente autorizados pelo Poder Legislativo.
- E) concessão ou utilização de créditos ilimitados.

**Questão 85**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, até o final dos meses de

- A) maio, setembro e fevereiro
- B) abril, agosto e dezembro
- C) maio, setembro e janeiro
- D) abril, setembro e janeiro
- E) maio, agosto e dezembro

Questão 86

Conforme a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Passivo Permanente do Balanço Patrimonial compreenderá

- A) os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização legislativa.
- B) as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- C) os créditos e valores realizáveis independentemente da autorização orçamentária e os valores numerários.
- D) os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- E) os bens, valores, obrigações e situações que, mediata ou imediatamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Questão 87

O estágio da Despesa Pública que tem por fim verificar a origem e o objeto do que se deve pagar é o(a):

- A) Empenho.
- B) Lançamento.
- C) Recolhimento.
- D) Liquidação.
- E) Previsão.

Questão 88

A despesa pública que não consta da lei do orçamento e constitui uma saída financeira decorrente da devolução de recursos recebidos anteriormente é classificada como

- A) Despesa com Pessoal.
- B) Amortização da Dívida.
- C) Investimentos.
- D) Juros e Encargos.
- E) Despesa Extraorçamentária.

Questão 89

As despesas públicas com planejamento e execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização das mesmas, com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, são classificadas no seguinte grupo de natureza das despesas de

- A) Juros e Encargos da Dívida.
- B) Investimentos.
- C) Inversões Financeiras.
- D) Sentenças Judiciais.
- E) Amortizações da Dívida.

Questão 90

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, a Administração Pública, direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de

- A) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Clareza e Publicidade.
- B) Legalidade, Impessoalidade, Universalidade, Eficiência e Clareza.
- C) Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, Universalidade e Eficiência.
- D) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
- E) Legalidade, Moralidade, Clareza, Universalidade e Impessoalidade.

**Questão 91**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a verificação do cumprimento dos limites da Despesa Total Com Pessoal, será realizada ao final de cada

- A) Mês.
- B) Ano.
- C) Bimestre.
- D) Trimestre.
- E) Quadrimestre.

Questão 92

De acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pertence(m) ao Ativo Financeiro do Balanço Patrimonial

- A) os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- B) a composição de todas obrigações exigíveis a curto e longo prazos.
- C) os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- D) as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização e resgate.
- E) os créditos e valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária e ainda os valores numerários.

Questão 93

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios é definida como

- A) Dívida Pública Consolidada.
- B) Operação de Crédito.
- C) Dívida Pública Mobiliária.
- D) Alienação de Bens.
- E) Concessão de Garantia.

Questão 94

O Orçamento Público deve observar determinados princípios para que possa assegurar o cumprimento do fim a que se propõe. São princípios orçamentários

- A) Anualidade, Unidade e Universalidade.
- B) Equilíbrio, Clareza e Previsão.
- C) Exclusividade, Unidade e Empenho.
- D) Anualidade, Unidade e Previsão.
- E) Equilíbrio, Anualidade e Arrecadação.

Questão 95

Constitui fonte de recurso para a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, desde que não comprometido, o proveniente de superávit financeiro apurado em

- A) Balanço Financeiro do exercício anterior.
- B) Balanço Orçamentário do exercício anterior.
- C) Balancete de Verificação do mês anterior.
- D) Demonstração de Variações Patrimoniais do mês anterior.
- E) Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Questão 96

A Despesa Total com Pessoal da União, em cada período de apuração, NÃO poderá exceder que percentual da Receita Corrente Líquida?

- A) 30% (trinta por cento)
- B) 40% (quarenta por cento)
- C) 50% (cinquenta por cento)
- D) 60% (sessenta por cento)
- E) 70% (setenta por cento)



Questão 97

A Contabilidade Governamental, segundo a organização político-administrativa, pode ser classificada como

- A) Gerencial e de Custos.
- B) Federal, Estadual e Municipal.
- C) Orçamentária e Financeira.
- D) Econômica e Patrimonial.
- E) Sintética e de Resultados.

Questão 98

De acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, constitui variação ativa independente da execução orçamentária a conta de

- A) Alienação de Bens Móveis.
- B) Empréstimos Concedidos.
- C) Cobrança da Dívida Ativa.
- D) Inscrição da Dívida Ativa.
- E) Empréstimos Tomados.

Questão 99

Quanto aos Sistemas de Contas adotados pela Contabilidade Pública, aquele que cuida do controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a Administração Pública for parte, e que, mediata ou imediatamente possam vir a afetar o patrimônio, é o sistema

- A) Patrimonial.
- B) Financeiro.
- C) Industrial.
- D) Orçamentário.
- E) Compensado.

Questão 100

De acordo com as normas gerais de Direito Financeiro aplicáveis ao setor público, pertence ao Sistema Orçamentário a conta de

- A) Receitas Previstas.
- B) Consignações.
- C) Bens Móveis.
- D) Caixa.
- E) Dívida Fundada.